



Assembleia Municipal de Odiveelas

ATA Nº 10/2012

ATA DA 9ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2012 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Aos **vinte e um** dias do mês de **Junho**, do ano **dois mil e doze**, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu a **Assembleia Municipal de Odiveelas**, em **9ª Sessão Extraordinária**, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odiveelas, sob a Presidência de Sergio Paiva e António José Real da Fonseca e Joaquim Campos como 1º e 2º Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 - Contratos de Arrendamento – Escola EB1/JI do Casal dos Apréstimos – Pavilhão Multiusos -----

PONTO 2 - Proposta de Adenda ao Protocolo Celebrado entre o Município de Odiveelas, a DGIE e a PSP. -----

PONTO 3 - Proposta de Programa de Implementação das Atividades de Enriquecimentos Curricular nas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, para o Ano Letivo 2012/2013 -----

PONTO 4 - Proposta de Alteração ao Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais e seu Regulamento de Liquidação e Cobrança do Município de Odiveelas -----

PONTO 5 - Proposta da Componente de apoio à Família (CAF) na Educação Pré-escolar na vertente Prolongamento de Horário – Ano Letivo 2012/2013 -----

PONTO 6 - Proposta de Alteração ao Regulamento para atribuição de Medalhas Municipais -----

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foi dada posse ao Membro **António Fernandes Nunes**, pela bancada da **CDU**.-----

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições: -----

Na bancada do **PS**, o Presidente de Junta de Freguesia da Pontinha, **José Guerreiro**, pelo seu substituto legal **Ana Portela**.-----

Na bancada do **PS**, o Presidente de Junta de Freguesia de Famões, **António Rodrigues**, pelo seu substituto **Sofia Mateus**. -----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal, **António dos Anjos Ferreira**, pelo Membro **Alcina Trindade**.-----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia, **Fátima Amaral**, pelo Membro **Adventino Amaro**. -----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia, **João Figueiredo**, pelo Membro **João Lourenço**. -----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia, **Raquel Rodrigues**, pelo Membro **José Rodrigues**. -----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia, **Cristina Azedo**, pelo Membro **António Nunes**. -----

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de **40** Membros da Assembleia Municipal.-----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, tendo estado presente o Sr. Vice - Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Mário Máximo e os Senhores Vereadores Paulo César, Hugo Martins, Fernanda Franchi, Carlos Bodião e Rui Francisco, pelas bancadas do PS, PSD e CDU, respetivamente. -----



O Senhor Presidente da Assembleia propôs que se desse início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**, tendo usado da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----

Adventino Amaro pela bancada da **CDU**, apresentou uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Pela quarta vez no espaço de um mês, milhares de trabalhadores vieram à rua manifestar o seu protesto contra a política de direita e o seu pacto de agressão ao serviço dos interesses dos grandes grupos económicos e financeiros, e exigir uma política ao serviço dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País.-----"

Foi no sábado passado, em Lisboa, entre o Marquês de Pombal e os Restauradores, na sequência de idêntica ação de massas realizada no Porto uma semana antes, ambas convocadas pela CGTP-IN — e ambas sucedendo a duas outras expressivas manifestações, neste caso convocadas pelo PCP, também no Porto e em Lisboa, no passado mês de Maio. isto para não falar já nas grandiosas manifestações que, por todo o País, assinalaram o 1º de Maio, Dia do Trabalhador.-----"

Tudo isto — mais as múltiplas e importantes lutas sectoriais entretanto desenvolvidas e em curso - a confirmar a firme determinação dos trabalhadores portugueses de não darem tréguas à política de devastação nacional levada a cabo pelo Governo PSD/CDS, com a cumplicidade ativa do PS e do Presidente da República, unidos na aplicação submissa e servil do anticonstitucional pacto de agressão.-----"

Tudo isto a confirmar, ainda, que a luta vai continuar, para já com a manifestação da Administração Pública marcada para amanhã e à qual se sucederão muitas outras lutas nos sectores, em presas e locais de trabalho.-----"

Tudo isto a confirmar, enfim, que se a luta de massas é o caminho para salvar Portugal do abismo para o qual a política de direita o vem empurrando— e é! — os trabalhadores portugueses estão no bom caminho e quanto mais forte e participada for a sua luta mais depressa alcançarão seu objetivo.-----"

A demonstrar que a luta se desenvolve em diversas frentes e assume diferentes formas — todas elas relevantes, todas elas complementando-se, todas elas, sejam de maior ou menor dimensão, engrossando o protesto e a exigência — aí está a decisão do PCP de apresentar, na Assembleia República, uma moção de censura – censura ao pacto de agressão, à política de direita e ao governo que a executa; censura ao desemprego crescente, ao aumento da exploração, das injustiças sociais e do empobrecimento, censura ao afundamento do país.-----"

A decisão do PCP gerou natural satisfação entre os militantes comunistas e as massas – que a veem como ela é, de facto, e quais os seus objetivos — e provocou naur¹ desagrado e incómodo naqueles que, direta ou indiretamente, são os protagonistas da política de direita e tudo fazem para lhe dar continuidade. Estes últimos, acolitados pelos inevitáveis cornetadores de serviço, desunharam-se na procura de vias de ata que decisão do PCP, ora invocando uma



suposta «inoportunidade» da moção de censura, disparando contra ela a alegada defesa da «estabilidade política», ora, ainda, descobriu-se nela um «acerto de contas com o PS»..., todos sentindo-se atingidos pelo alcance, a oportunidade e a justeza da decisão do PCP, todos fingindo não ver o óbvio, todos fingindo não perceber que cada uma das manifestações das massas trabalhadoras e populares constituiu uma autêntica moção de censura à política de direita e aos que, renegando o interesse nacional, assinaram o pacto das troikas.-----

Entretanto, o Presidente da República anunciou a promulgação das alterações à legislação laboral decididas pelos deputados do PSD e do CDS, com o apoio implícito do PS. Fê-lo, registre-se, antes mesmo de terminar o prazo Limite para o fazer e, portanto, sem acionar a fiscalização preventiva da inconstitucionalidade de tais alterações. Fê-lo sabendo que as alterações que promulgou abrem as portas aos despedimentos sem justa causa, ao trabalho forçado e não pago; à redução dos salários; à destruição da contratação coletiva e de outros importantes direitos dos trabalhadores portugueses; à chantagem e à repressão no interior das empresas; à instituição da lei da selva no mundo do trabalho em condições semelhantes, ou até piores, às que existiam no tempo do fascismo. Fê-lo, portanto, sabendo que a decisão que tomou conduz a mais desemprego, mais exploração, mais repressão patronal, mais injustiças sociais, mais pobreza, mais miséria, mais fome — e, assim, pôs a nu a imensa hipocrisia do seu discurso cheio de «preocupações» com o desemprego, com a pobreza, com as injustiças sociais. Fê-lo no desrespeito frontal pela Constituição da República Portuguesa, que ele, em ato de posse, jurou pela sua honra defender, cumprir e fazer cumprir — assim se colocando fora da Lei Fundamental do País.-----

Aos trabalhadores compete, agora, lutar para impedir a aplicação desta legislação anti-laboral.-----

Com a consciência de que, nessa luta, são eles e não o governo, nem o Presidente da República, nem o patronato — que estão dentro da legalidade constitucional.-----
E com a certeza de que nessa luta terão a seu lado o Partido Comunista Português.”-----

Eduarda Barros, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“Hoje os trabalhadores da Câmara Municipal de Odivelas deveriam ter recebido o subsídio de férias a que legitimamente têm direito. Não receberam. O mesmo sucede com todos os trabalhadores da administração central, local, sector empresarial do estado e pensionistas que também, ou não receberam hoje, ou não vão receber nos próximos dias. No caso dos pensionistas trata-se mesmo de um confisco, já que estes descontaram, durante décadas, 14 meses e não os 12 que agora recebem. Sublinhe-se que o corte dos subsídios não faz parte das medidas negociadas com a troika. Trata-se de uma opção deste governo. O mesmo sucederá no natal.-----



Hoje este governo completa um ano de governação e este o presente de aniversário que DS trabalhadores e pensionistas portugueses e particularmente OS trabalhadores da CMO recebem o seu governo, do governo que alguns ajudaram a eleger! Estranho aniversário!-----

Asssembleia Municipal de Odivelas

Há um ano atrás, na campanha eleitoral, o então candidato a primeiro- ministro assegurava a ima criança que o PSD já mais cortaria o subsídio de natal. O sentido que o hoje primeiro-ministro tem da palavra por si dada é agora claro, como claro é o que entende por reformas estruturais: cortar na saúde, na educação, na segurança social que é o mesmo que dizer, cortar no estado social que os portugueses levaram décadas a construir.-----

Hoje é igualmente claro o que o primeiro- ministro entende pelas suas funções: ao invés de fazer pedagogia social e acompanhar os seus concidadãos nesta fase difícil, para quase todos os portugueses, o agora primeiro-ministro rotula-os de piegas, remete-os para o desemprego e convida-os a emigrar e ao invés de se aliar, no palco europeu, aos países que enfrentam problemas semelhantes aos nossos o agora primeiro-ministro prefere a companhia da Chanceler Merkel, logo ela que é a primeira-ministra do país que mais beneficia dos sacrifícios que os portugueses estão a passar.-----

Há um ano atrás o já primeiro-ministro informou- nos que iríamos empobrecer e foi dos poucos pontos em que não nos enganou. Hoje somos um país mais pobre! Chegamos ao ponto de pobreza em que, segundo dados do INE ontem publicados, os portugueses estão a cortar na alimentação para poderem pagar a casa. Estranho aniversário!-----

A bancada do Partido Socialista desta Assembleia Municipal não quer deixar de se solidarizar com todos os trabalhadores da Camara Municipal de Odivelas e dizer-lhes que partilhamos com eles a indignação por esta atitude do governo, que mais do que uma atitude económica é, em nosso entender, uma atitude de política e, sobretudo, ideológica.-----

A bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Odivelas não pode deixar neste dia de perguntar a esta maioria quanto tempo demorará o primeiro-ministro a perceber que não há caminho ara o desenvolvimento, o desenvolvimento é o aminho! E de afirmar que perante estes pecados, capitais para o desenvolvimento, aos portugueses penas restará aplicar a este governo a merecida penitência."-----

José Falcão, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:

"Primeira questão Pacote turístico no assentamento da Cisjordânia ocupada oferece na sua visita um pacote de turismo radical, que inclui treinamento para matar terroristas. Israel aquele Estado tão democrata tem pacote turistas para matar terroristas.-----

Segunda questão Folgo por saber que o conselho municipal de juventude começar a reunir.----

Terceira questão. Domingo morreu Rodney King, representou o símbolo da brutalidade policial, em março de 1991, foi filmada a brutalidade da polícia Los Angels. Tornou-se um símbolo pela violência racista, porque ele era preto. Mas isto para referir esta hora, no hospital Amadora Sintra, estão algumas pessoas nomeadamente uma dirigente distrital de Lisboa do BE, que



foram agredidas barbaramente pela polícia. Não queriam entregar um abaixo assinado contra os desalojamentos no bairro de St.^a Adriana, e encontravam-se com um grupo de pessoas, moradores do referido bairro. Não era uma manifestação nem concentração.-----

Estas duas situações parecem que não têm nada a ver mas há algo em comum, a violência policial, a impunidade continua a existir.-----

São exemplos, do que se passa em Portugal e no mundo.”-----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“Raramente comento declarações políticas como a do senhor deputado Adventino Amaro e não vou fazê-lo. No entanto, em resposta ao desafio do senhor deputado para que se comprasse o *Jornal Avante* coloca-se a seguinte pergunta: Quanto custa? -----

Como sabe a crise atinge toda a população e isso seria mais um encargo, o que, provavelmente não acontece com a CDU que tem este jornal gratuitamente: Não? Então certamente são obrigados a comprar o que não acontece connosco, por isso declinamos o convite do senhor deputado. -----

Em resposta à intervenção da minha amiga Eduarda Barros do PS que vem assinalar este dia como sendo o primeiro dos cortes dos subsídios tenho a dizer o seguinte: -----

1 - Não pense senhora deputada que pelo facto de ter sido o PSD a tomar esta decisão nos dá algum conforto; -----

2 – Não pense também senhora deputada que agora gostamos de algumas medidas que são tomadas por este governo, em contraponto a medidas que foram tomadas pelo governo anterior que criticávamos; Não é pelo facto de este governo ser do PSD que nos agradam ou não estas medidas, aliás estas medidas atingem-nos a todos; -----

3 – Por último a para que fique registado espero que o PS quando chegar ao governo (esperamos seja o mais tarde possível), tenha a coragem de repor aquilo que agora reclama que retirámos, mas isso tenho quase a certeza que não irá acontecer.”-----

Presidente de Junta de Freguesia da Ramada, **Francisco Bartolomeu**, pela bancada da **CDU**;-----

“Quando tenciona o Executivo dar resposta aos requerimentos que lhe foram dirigidos por mim próprio em reuniões anteriores?-----

É que o prazo de 30 dias para resposta por escrito já foi ultrapassado largamente.-----

- Escola dos Apréstimos-----



- zonas ajardinadas — Constatando-se que os jardins ajardinados da Escola dos Apréstimos se encontram abandonados, gostaria de ser informado quando é que a Câmara Municipal vai fazer alguém cumprir os compromissos e arranjar os ditos espaços?-----
Asssembleia Municipal de Odivelas

É que um jardim destruído não se consegue arranjar. Tem de ser feito de novo.-----
Relativamente ao Carto Sénior e ao aumento de número de aderentes teria sido agradável ouvir por parte do Município a expressão de algum apreço pela tarefa suplementar que foi praticamente imposta às Juntas de Freguesia e que tanto trabalho deu aos seus funcionários a propósito da inscrição para o Passeio Sénior promovido pela Câmara.”-----

Carlos Lopes, pela bancada do **PS** -----

Eduarda Barros, pela bancada do **PS** -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD** proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“Todos temos “amarramentos”, aliás permitam usar esta palavra que já foi usada pela senhora deputada Fátima Amaral há uns tempos atrás. -----

Existem de facto obrigações que são decorrentes a entendimentos a vários níveis, tanto nas Câmaras, Assembleias Municipais e Assembleia da República, só para citar alguns órgãos.-----

Isto tudo para dizer que também a CDU tem certamente de obedecer a ordens superiores que a obrigam a tomar decisões que provavelmente não tomariam se não noutras circunstâncias.---

Tinha prometido a mim mesmo não falar sobre o que vou falar a seguir mas a menção por parte do senhor presidente da junta de Freguesia da Ramada obriga-me a isso. Estou a referir-me em concreto ao “cordão humano” que se realizou na Ramada. -----

É irónico que a Ramada seja a única freguesia que pode ser “salva” no concelho de Odivelas se houver uma deliberação da Assembleia Municipal e a CDU não o faça unicamente porque essas são as instruções a nível superior. -----

Muito bem, se a decisão inicial da CDU é a defesa de todas as freguesias e se mantém essa decisão apesar de saber que poderia salvar a Ramada e não o faz por esse facto, não deveria chegar ao cúmulo da hipocrisia de organizar um cordão humano contra a extinção dessa mesma freguesia. -----

É de facto obra, não se toma uma decisão nos órgãos próprios e depois organizam-se protestos na rua contra aquilo que não quiserem e não puderam decidir”.-----

Presidente de Junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**; apresentou uma defesa da honra, que seguidamente se transcreve:-----

“A CDU sentiu-se ofendida, pelo PSD, mais uma vez.-----



Esta situação é recorrente, e não pode ser. Nós não podemos estar aqui toda a vida amarrados ao mesmo.-----

*Asssembleia Municipal de Odivelas
Naturalmente que o que a CDU luta no concelho de Odivelas e em todo o país é pela defesa das freguesias, e não é só pela defesa da Ramada! É pela defesa de todas as freguesias.-----
E não é como vocês querem, defendem uma freguesia em detrimento de outra. Não!-----
Nós queremos que acabe nenhuma, queremos todas, porque todas fazem falta à população.-
Portanto estamos contra a proposta do governo, nomeadamente às intenções do PSD.”-----*

Susana Guerreiro, pela bancada do **PS** -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU** -----

Presidente da Assembleia Municipal, **Sérgio Paiva** -----

José Carlos Pires, pela bancada da **CDU** -----

Presidente da Assembleia Municipal, **Sérgio Paiva** -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“Só para informar que, relativamente ao 1º documento vamos votar a favor, no segundo vamos abster no terceiro documento “pela eliminação da discriminação na adoção homoparental” apresentado pelo Bloco de Esquerda a bancada do PSD tem liberdade de voto.”-----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU** -----

Presidente da Assembleia Municipal, **Sérgio Paiva** -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD** proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“Não à dúvida nenhuma que a exceção foi esta reunião, que deveria ter sido à noite e passou para tarde, pelas razões que todos conhecem, mas deveria – se manter o horário estipulado, isto não é um sistema de compensações, é norma, até porque nos dá mais tempo, temos um PAOD mais alargado, temos um ponto 1, que pretendemos acabar; parece-me mais logico continuar com o que está estipulado, que é reuniões ordinárias à tarde, e as reuniões extraordinárias à noite, como sabe o Sr Presidente, volto a dizer que entendo perfeitamente, esta foi mudada pelas razões óbvias. Mas penso que se devia manter essa prática que tem sido sempre seguida.”-----

Presidente de Junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**; --



José Falcão, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:

Assembleia Municipal de Odivelas

"Francamente para nós tanto faz.-----
Mas ainda bem que a sessão está ser gravado, porque assim fica registado a importância em
defender as regras. Acho imenso graça em defender, quando passamos aqui a vida a alterá-
las, mas agora defendemos por uma coisa perfeitamente secundária. -----
O que o Sr Presidente disse foi claro, há muitas pessoas que têm dito, que por estarmos a
fazer as reuniões à tarde, para nós tanto faz porque eu estou reformado, mas para quem não
está e tem problemas em fazer à tarde.-----
Registei que temos que respeitar as regras, portanto Sr Deputado Luís Salmonete, espero que
não se esqueça disso."-----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD** -----

Eduarda Barros, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que seguidamente se
transcreve: -----

"Gostaria de referir ação que a camara municipal tem promovido em torno da atleta Susana
Barroso. A Susana Barroso é uma mulher, trabalhei com ela na extinta Odivelgest, é uma
funcionária exímia, é uma atleta de excelência e não teve sorte com a genética.-----
Eu sei que este é um ano difícil para todos nós, para nossas famílias, mas na verdade a
Susana Barroso, tem uma doença que não pode esperar. Ela é uma mulher que até agora vive
na sua casa, guia o seu automóvel, que alias ganhou fruto do seu trabalho, até olímpico. E
neste momento está comprometida, por uma brincadeira de seis mil euros, trocos para alguns
e muito para outros. Mas do pouco que nós temos, penso que não deveríamos esquecer a
Susana Barroso, porque se ela não for, se não trocar de cadeira, a sua autonomia está
colocada em causa. E nós sabemos bem como este país trata os seus atletas, não é só deste
governo, é uma pratica deste Estado. E sabemos bem que a inclusão não pode ser uma
questão de palavras e de despachos, mas tem que ser também uma prática do nosso dia.-----
Eu sei que isto é difícil, mas gostaria de me solidarizar, mas sobretudo prestar aqui uma grande
homenagem à Susana Barroso, que é uma grande mulher e não merece ficar privada da
autonomia."-----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se
transcreve: -----



Assembleia Municipal de Odivelas

"Não sei se sabe, eu conheço a Susana Barroso desde que ela veio para Odivelgest, não estou aqui a disputar o conhecimento ou a relação com as pessoas, aliás está salvo erro a decorrer na Câmara Municipal, na intranet, uma campanha de solidariedade em relação a esta atleta e funcionária desta autarquia, que aliás é uma excelente pessoa.-----"

Penso que os contributos que se possam dar não vão ser suficientes, era altura talvez Sr^a Presidente, se estiver de acordo nós propomos à Câmara Municipal se poderia, através da internet, de contribuir com alguma verba substancial que resolvesse este problema, se fosse a reunião de camara penso que isso não seria objeto de nenhuma decisão contra de qualquer vereador, uma contribuição que de algum modo pudesse resolver este problema muito rapidamente. Esta é a recomendação que aqui deixo."-----

Pela bancada do **PS**, foi apresentado um Voto de Pesar sobre **"Assassinato de Autarca em Segura, Idanha-a-Nova"**, (documento 1) que seguidamente se transcreve: -----

"No passado dia 12 de Junho foi conhecida a notícia do assassinato de Maria de Lurdes Sobreiro, Presidente de Junta de Freguesia de Segura, Idanha-a-Nova, bem como do seu marido.-----"

A morte desta Autarca resultou de um crime brutal que, pelo que foi tornado público, terá resultado diretamente do normal exercício das suas funções públicas para as quais foi democraticamente eleita. Para além da consternação e condenação que qualquer crime desta natureza contra qualquer cidadão ou cidadã deve motivar, é motivo de acrescida preocupação o facto de na sociedade portuguesa os agentes políticos e públicos, e os Autarcas em particular, estarem cada vez mais sujeitos a pressões e constrangimentos lamentáveis e inaceitáveis. -----

Não sendo naturalmente possível estabelecer uma ligação direta ou indireta taxativa entre este crime hediondo e o clima político e social de desconfiança e de menorização dos agentes e funcionários públicos, dos políticos e dos autarcas que se vem acentuando nos últimos tempos e que tem sido promovido ativamente por determinados sectores da sociedade portuguesa, alguns protagonistas políticos incluídos, esta Assembleia Municipal não deixa de expressar profunda preocupação e repúdio por esta ocorrência e de endereçar condolências à família e aos autarcas eleitos na Freguesia de Segura e aos órgãos autárquicos municipais do Concelho de Idanha-a-Nova." -----

Pela bancada do **PS** foi apresentado um Voto de Protesto sobre **"Criação do Mega Agrupamento de Saúde Odivelas-Loures"**, (documento 2) que seguidamente se transcreve: --



"Em Março de 2012, foi pedido à Câmara Municipal de Odivelas (CMO) que se pronunciasse sobre a intenção do Ministério da Saúde de criar um mega-agrupamento de saúde Loures-Odivelas, a ser sediado em Sacavém, com base no Projeto de Portaria da Reestruturação dos Agrupamentos dos Centros de Saúde da Região de Lisboa e Vale do Tejo".-----

No dia 9 de Abril de 2012, a Câmara Municipal de Odivelas dirigiu à ARSLVT um ofício com parecer desfavorável fundamentado sobre a criação deste mega-agrupamento. -----

Em 19 de Abril, a Assembleia Municipal de Odivelas aprovou também uma moção em que se pronunciava igualmente, de modo fundamentado, contra a anunciada criação deste mega-agrupamento.-----

No dia 30 de Maio, a própria CMO voltou a tomar posição, desta vez pública, com a aprovação de uma moção de oposição a esta medida.-----

Perante a ausência de respostas por parte da ARSLVT ao parecer emitido pela CMO, a Presidente da Câmara Municipal solicitou uma audiência com carácter de urgência ao Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, também sem resposta. Após insistências, a única informação dada semanas depois foi a mera comunicação do facto consumado de que a portaria dos agrupamentos de centros de saúde já havia sido assinada pelo membro do Governo responsável.-----

Perante esta situação, a Assembleia Municipal de Odivelas delibera aprovar o presente VOTO DE PROTESTO, para repudiar veementemente não apenas o conteúdo desta portaria mas também todo o procedimento que foi seguido, igualmente gravoso. -----

A criação do "mega-agrupamento" de saúde Odivelas-Loures vai reunir mais de 400.000 utentes, correspondendo tal ganho de escala a uma perda efetiva na proximidade da coordenação dos cuidados de saúde num território que ainda tem carências significativas, quer ao nível das infra-estruturas quer ao nível dos meios humanos, por exemplo de médicos de família. Acresce que se vão juntar num mesmo agrupamento populações adstritas a unidades hospitalares distintas (o novo Hospital Beatriz Ângelo e o Hospital de S. José, nomeadamente). Este "mega-agrupamento" excessivamente grande e artificial criará, pois, acrescidas dificuldades de coordenação, introduzindo uma complexidade desnecessária e lesiva dos interesses das populações em causa.-----

Por último, este VOTO DE PROTESTO é também um voto de repúdio e de veemente condenação da ausência de diálogo e do total desrespeito que houve neste processo pelas normas do que deve ser o normal relacionamento institucional entre o Governo e uma Câmara Municipal, órgão democraticamente eleito e representativo da população, neste caso do Concelho de Odivelas."-----

Pela bancada do BE foi apresentada uma **Moção** pela "**Eliminação da discriminação na adoção homoparental**", (documento 3) que seguidamente se transcreve: -----



"No próximo dia 23 de Junho, realiza-se em Lisboa mais uma Marcha do Orgulho LGBT. Esta marcha acontece mais de dois anos depois de ter sido aprovado, pela Assembleia da República, o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Mas realiza-se também numa conjuntura em que o conservadorismo volta à primeira linha do discurso público, ameaçando as liberdades individuais e coletivas. Lembramos, por isso, os direitos que já foram conquistados e aqueles que ainda estão por conquistar – com especial incidência na adoção de crianças por casais do mesmo sexo.-----

A adoção homoparental é um direito bloqueado, nomeadamente pelo quadro legal que permitiu o casamento entre pessoas do mesmo sexo. É pelo fim desta discriminação e pelo interesse das inúmeras crianças que, em Portugal, aguardam a oportunidade de uma família que as acolha e lhes dê todos os cuidados a que têm direito, que se impõe a consagração deste direito na legislação nacional.-----

Cada criança tem o direito de ser adotada por quem lhe der as melhores condições. A orientação sexual não é – não pode ser – um critério que possa intrometer-se no trabalho dos técnicos da Segurança Social que procedem à avaliação de candidatos e candidatas.-----

Retenha-se, neste contexto, a posição assumida em 2010 pela Associação Americana de Psiquiatria: "A Associação Americana de Psiquiatria apoia as iniciativas que permitam a casais de pessoas do mesmo sexo adotar e co-educar crianças." Retenham-se, também, os inúmeros estudos que têm trazido a verdade da adoção à luz do dia: são as condições garantidas às crianças para o seu crescimento harmonioso e em conformidade com a plenitude dos seus direitos que contam, independentemente da orientação sexual de quem as adota. Neste sentido se sublinha, entre outros, o trabalho de Nanette Gartrell, investigadora da Universidade da Califórnia, que estudou durante mais de duas décadas os filhos de mães lésbicas e cujas conclusões, publicadas na revista "Pediatrics", da Academia Americana de Pediatria, revelam que os adultos de hoje não só não apresentam diferenças, ao longo do seu desenvolvimento, em relação aos filhos de famílias tradicionais, como até os superam pela positiva em indicadores psicológicos, sociais e académicos.-----

Destaque-se, aliás, que o caminho percorrido em Portugal se distancia do da maioria dos países, onde a adoção foi reconhecida em simultâneo com o casamento, casos da Holanda e da Espanha, ou onde a adoção precedeu o reconhecimento do direito ao casamento.-----

A adoção de crianças é, em Portugal, uma reivindicação dos movimentos sociais que se batem pela extinção de todas as discriminações em função do sexo e/ou da orientação sexual, e que ficou no passado submergida pela consagração do casamento. Não há direitos pela metade e o avanço conseguido no âmbito do casamento só fica completo com o fim da discriminação no âmbito da parentalidade. -----

Sublinhe-se, ainda, que a disposição sobre adoção na lei do casamento foi transposta, em Novembro de 2010, para a nova lei do apadrinhamento civil, que também vedou o apadrinhamento a casais do mesmo sexo, criando mais um condicionamento inaceitável. Finalmente, a Lei da União de Facto, Lei n.º 7/2001 de 11 de Maio, inibe também a adoção por casais do mesmo sexo. -----



Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário: -----

1) Assume posição pela eliminação de todas as formas de discriminação de género, pelo respeito pelas crianças e pela criação de condições de adoção que garantam os seus direitos e condições de desenvolvimento harmonioso; -----

2) Apela a todos os intervenientes com responsabilidade política que garantam condições para que a adoção homoparental seja um direito efetivo na legislação portuguesa."-----

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram colocados à votação os documentos acima apresentados para discussão, tendo sido **Aprovados por Unanimidade**. -----

Carlos Barreto, pela bancada do **PS** foi apresentado um **Voto de Pesar relativo ao falecimento do funcionário João Gordo** -----

Adventino Amaro, pela bancada da **CDU** -----

Pelas **16h00m**, trabalhos foram interrompidos.-----

Pelas **16h20m** os trabalhos foram retomados.-----

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes Deputados Municipal:-----

Luis Salmonete, pela bancada do **PSD** -----

Os documentos, acima mencionados, foram colocados à votação tendo sido: -----

Documento nº1, foi **Aprovado por Unanimidade** -----

Documento nº2, foi **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do **PS, CDU, CDS/PP, BE, e Independente**, e com abstenção da bancada do **PSD e MPT** -----

Pelo Membro da Assembleia Municipal, **José Falcão**, pela bancada do **BE** foi apresentada uma declaração de voto que seguidamente se transcreve: -----

"É só para assinalar: acho que é importante que se tenha votado contra este documento e folgo bastante para que as pessoas agora que antes eram a favor de agrupamentos sejam em que área fossem agora sejam contra."-----



Documento nº3, foi Aprovado por Maioria com 22 votos a favor: 12 da bancada do PS, 9 da bancada da CDU, 1 da bancada do BE, **com 14 votos contra:** 8 da bancada do PSD, 1 da bancada do MPT, 2 da bancada do CDS, 1 da bancada Independente e 2 da bancada da bancada do PS com **4 abstenções:** 3 da bancada do PS e 1 da bancada o PSD -----

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia**, foi sugerido efetuar um minuto de silêncio pelo falecimento da autarca, Maria de Lurdes Sobreiro e do funcionário João Gordo, tendo sido efetuado.-----

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **Alcina Trindade, Susana Guerreiro e Afonso Simão**, foram apresentadas declarações de voto, em nome individual, que seguidamente se transcrevem: -----

Alcina Trindade-----

"Votei favoravelmente a moção pela Eliminação da discriminação na adoção homoparental, porque sou contra a discriminação e porque quando há tantas crianças em lista de espera para serem adotadas, haja limitações para a adoção e que uma delas passe pelos casais homossexuais."-----

Susana Guerreiro-----

"Eu votei favoravelmente por entender que todas as crianças têm direito a uma família, independentemente da sua tipologia. É importante que esta seja estável e capaz de criar um lar feliz, pleno de afetos e aí é importante a avaliação dos serviços competentes, sem estigmas ou pre conceitos."-----

Retirar de direito à adoção qualquer cidadão em face da sua orientação sexual é uma discriminação inaceitável num Estado de direito democrático."-----

Afonso Simão-----

"Votei favoravelmente à Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, pois acima de tudo, ponho os direitos das crianças em primeiro lugar, sendo que estas terão efetivo direito a uma família, independentemente da orientação sexual das pessoas que constituam o núcleo familiar que se propõe a adotar. Não quero com isto dizer, que a descriminação atualmente existente não tenha o seu peso, os Direitos, Liberdades e Garantias existentes, têm sempre, de ser abrangentes a todos os cidadãos."-----

Voto ainda favoravelmente esta moção, pois acredito solenemente que as pessoas que se propõem a adotar, estão de fato a prestar um serviço à comunidade e às lacunas que esta apresenta. Estas pessoas, acredito, sentem o poder e a vontade dar um contributo na



formação de um outro ser humano, de o ~~impulso~~ de uma forma séria, cujo intuito será certamente o de acarinhar, formar e amar outros, que por diversas circunstâncias, não teve a possibilidade de contar com um núcleo familiar, que lhe providenciasse tais elementos no seu desenvolvimento pessoal."-----

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao Senhor Vice-presidente da Câmara Municipal de Odivelas, para prestar os respetivos esclarecimentos.-----

Após este período, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu início à discussão dos Pontos integrados na **Ordem do Dia**.-----

PONTO 1 – CONTRATOS DE ARRENDAMENTO – ESCOLA EB1/JI DO CASAL DO APRÉSTIMOS – PAVILHÃO MULTIUSOS-----

Presente para deliberação, Concurso Contratos de Arrendamento – Escola EB1/JI do Casal dos Apréstimos – Pavilhão Multiusos, de acordo com a informação nº 5603 de 2012.05.31, remetida pela Senhora Presidente a esta Assembleia Municipal, aprovada na 6ª Reunião Extraordinária de 2012, da Câmara Municipal de Odivelas, de 05.06.2012, que se encontra arquivada na pasta da presente reunião, pelo que se dá como reproduzida.-----

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Vice Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto.-----

No âmbito da discussão do ponto, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

José Falcão pela Bancada do BE-----

Presidente de Junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes**, pela bancada da CDU; --
Presidente de Junta de Freguesia da Ramada, **Francisco Bartolomeu**, pela bancada da CDU;-----

Miguel Xara Brasil pela Bancada do CDS/PP-----

José Carlos Pires pela Bancada da CDU-----

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Vice Presidente da Câmara Municipal, tendo este solicitado que o uso da palavra fosse feito por parte do Senhor Vereador Paulo César, tendo sido concedido.-----



Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes Deputados Municipais:-----
Assembleia Municipal de Odivelas

Miguel Xara Brasil, pela bancada do **CDS/PP**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto -----

José Falcão pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -

*"Agradeço as respostas dadas pelo Sr Vereador Paulo Cesar, era o que eu pensava.-----
De fato não há nada a dizer, as coisas são tão evidentes, o escândalo é tão evidente, que
única coisa é vocês votarem neste escândalo, porque o silêncio é notório. Tal como foi em
outros assuntos, O' Tech, votámos sem saber absolutamente nada e o resultado está a vista.---
Só que aí ainda não se tinha gasto o dinheiro, aqui vai-se gastar.-----
A pergunta é esta porque é que se prefere beneficiar, vamos ver uma coisa: quando se fala
que o Estado está asfixiar uma camara porque está a roubar dinheiro, pergunto o que é que se
diz de uma câmara e do seu executivo, que está asfixiar os odivelenses, roubando este
dinheiro! Esta é palavra certa! Como é que é possível?! A camara só tem preocupação com
alguns munícipes, que vão lucrar com parte negocio, tenho pena que essa preocupação, não
seja com todos munícipes! Se é que são daqui. Não compreendo como é que é possível
estourar-se uma fortuna destas, numa altura de crise, sem dinheiro, chorando, mas apesar de
tudo estarmos a rir quando se fala disto nesta assembleia, e ainda não responder! -----
Pode-se estourar o erário público e ainda se riem! -----
Gostei do silêncio, acho que foi bastante esclarecedor. De fato isto não tem explicação!-----
Este silêncio significa que somos cúmplices, numa transferência de dinheiro da população para
uma parte, para alguém. E também gostava de saber como é que é possível transferir o
dinheiro de cento e cinquenta mil pessoas para empresas.-----
E só posso dar mão à palmatoria ao Deputado António Ramos, a camara não sabe fazer isto, e
não sabendo fazer, é impotente para gerir recintos desportivos, mas uma coisa é dar as
desbarato dois ou três campos de ténis, uma outra coisa é dar ao desbarato cinquenta milhões
de euros que não são nossos."-----*

Lúcia Lemos pela bancada da **CDU**-----

Miguel Cabrita pela bancada do **PS** -----

Miguel Xara Brasil pela bancada do **CDS/PP** -----

Pelas 17h35m registou-se a saída do Membro da Assembleia Municipal, Mariana Cascais, da
Bancada do CDS/PP -----



O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Senhor Vice Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos. -----
Assembleia Municipal de Odivelas

O **Senhor Vice Presidente da Câmara** solicitou autorização para que o Senhor Vereador Paulo César, prestasse alguns esclarecimentos adicionais, tendo sido concedido.-----

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes Deputados Municipais:-----

Lúcia Lemos pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto -----

Susana Guerreiro pela bancada do **PS** -----

António Ramos pela Bancada do **PS** -----

Lúcia Lemos pela bancada da **CDU**-----

Presidente de Junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**; --

António Ramos, pela bancada do **PS** -----

Eduarda Barros, pela bancada do **PS** proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

"Como sabemos há três maneiras de mentir: não dizer o contrário do que é, omitir ou usar números ou estatística. Os números foram aqui esgrimidos, mas eu vou guiar pelos números da camara, que são oficiais.-----

Sobre a questão das parecerias publico privadas, penso que esta discussão já foi feita, e de resto ninguém esta isento, nem nenhum partido, nem o BE que chegou pouco tempo à política. Mas sei dos pecados do PREC do BE, que ainda hoje está envolvido, e que custa. E também sabemos dos submarinos do CDS.-----

E este modelo das parcerias públicas privadas, nasceu em Inglaterra, e quando bem usado é um bom instrumento. E este instrumento tem sido cada vez mais utilizado, por uma razão simples, é que gerações futuras pagam mais porque não se faz, e os da minha geração sabem o que custou não termos tido escolas, educação física, musica, no fundo não houve desenvolvimento, as gerações futuras pagam mais porque não se faz.-----

O concelho Odivelas pagou mais porque a gestão CDU não fez durante 25 anos, do que provavelmente vai pagar com estas parcerias, que descontada a inflação a 50 anos, provavelmente se economia seguir este rumo, o custo desta parceria daqui 50 anos, será pouco.-----

E agora parafraseando aqui, é um pouco como os empréstimos são pedidos, custam muito a pagar, eu sou de uma geração que soou muito porque "levou" com a crise imposta pelo PREC, e ao fim 30 anos, eu pagava a casa tranquilamente, porque de fato era quase o preço de um jantar aniversario.-----



Portanto há aqui alguma demagogia sobre as gerações futuras, que é uma coisa perfeitamente incrível, que faz moda neste país. E normalmente quem mais fala nisto mais nas tintas se estão para as gerações futuras.-----
Asssembleia Municipal de Odivelas

José Falcão pela Bancada do **BE** proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:--

“A Deputada Eduarda teve necessidade de envolver o BE em qualquer coisa. E é isto que parece mal. Primeiro: demagogia foi o que Srª deputada fez agora, quis inventar coisas.”-----

Pelas 18h10m registou-se a saída do Membro da Assembleia Municipal, Vitor Fonseca, da Bancada Independente -----

O **Sr. Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria** com os votos a favor das bancadas PS, PSD e com os votos contra da CDU, CDS/PP e BE e com a abstenção do MPT-----

Pelo Membro da Assembleia Municipal, **Lúcia Lemos, Miguel Xara Brasil e José Falcão**, pelas bancadas da **CDU, CDS/PP e BE**, foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem:-----

LUCIA LEMOS-----

“Relativamente a este aspeto, cumpre-me dizer o seguinte, a bancada do PS veio aqui dizer através do seu Líder de Bancada, que hoje não se discute aqui a questão de fundo das PPP's, pois Senhor Deputado Miguel Cabrita, devo-lhe dizer que não podemos acompanhar a sua posição. Hoje aqui discute-se o futuro de Odivelas e discute-se a última peça de um puzzle começada em 2008, onde nós aqui, o Senhor Deputado não estava cá, mas eu fiz as contas e apresentei-as todas, fui eu que tive várias intervenções e todos os que me acompanharam na bancada da CDU na altura sobre esta PPP, numa altura em que, estamos em 2008, mais de quatro anos passados e nessa altura o Tribunal de Contas começava a dar alguns sinais que as PPP's do PS trariam mau agouro ao País. Em 2008 e é uma questão de ir buscar as atas, está lá uma alteração política registada em ata, o que se está a fazer em Odivelas é o mesmo que se faz no país, hipotecar um povo, hipotecar um país com oitocentos anos de história levando-o à banca rota. E isto em 2008 foi aqui dito, quando a Câmara apresentou como sendo a única maneira de trazer para Odivelas uma escola e um pavilhão multiusos. Pois bem, na altura a CDU votou contra, alertou que era um buraco e os senhores diziam que não, que a bondade das PPP's estava a ser demonstrada, estava a ser nos hospitais, estava a ser nas estradas, estava a ser em Odivelas, numa escola e num pavilhão. As PPP's eram a salvação da pátria, as PPP's traziam para o povo português, aquilo que ela nunca tinha tido na vida, um pavilhão para Odivelas, uma escola para os Apréstimos. Que fique claro que a CDU sempre se



debateu por uma escola nos Apréstimos. A CDU sempre defendeu que as escolas em regime duplo não servem nem professores, nem famílias nem alunos, é preciso mais salas para haver um regime que não duplo, regime normal. Mas nunca por esta via, nunca pelas PPP's. A construção de uma escola e de um pavilhão de parceria público-privado, quando aliás no país estava comprovado já que as parcerias eram dos mais graves erros de gestão pública que estavam a ser cometidos, a CDU votou contra. No Concelho é incompreensível esta opção que custou seis vezes mais que o custo avaliado, é hoje que se discute Senhor Deputado, é hoje, é hoje que os Senhores vão votar a hipoteca por vinte e quatro anos e nove meses, até dois mil e trinta e seis o erário público. É hoje que os senhores estão a lançar para o saco, não sei de que cor, mas certamente da empresa da Odivelas Viva, da empresa privada, os milhões de euros que vão fazer falta e que os senhores depois vão cobrar nas taxas municipais.-----

Se o José Falcão disse que cada Odivelense vai contribuir com quatrocentos e cinquenta euros, eu quero ver quantos Odivelenses vão pisar aquele terreno daquele pavilhão, o piso daquele pavilhão.-----

Ora bem, esta opção, que o Senhor Vereador acabou de dizer e eu não esperava que dissesse outra coisa, obviamente que se a Câmara construísse a taxa de IVA era diferente, o custo nunca seria este e os vinte e três por cento que os senhores vão começar a pagar, sem saber sequer se são devidos e é o mais caricato, é que vão começar a pagar vinte e três por cento de IVA sobre uma renda sem saberem se ela é devida ou não, uma vez mais vão empatar dinheiro que não é vosso, dinheiro dos munícipes e depois vêm dizer que a Câmara não tem dinheiro, a Câmara não dá apoios aos clubes, não dá apoios às associações, é toda uma contensão nas horas extraordinárias, não se pode fazer uma visita em que a carrinha da Câmara esteja depois das cinco horas, porque os funcionários, motoristas, têm de recolher senão não recebem, portanto não há dinheiro para nada, mas vamos pagar vinte e três por cento de IVA sem saber se tão pouco é devido, este é mais um aspeto.-----

Ora bem, não se admite este negócio ruinoso que é tanto mais inaceitável quanto o facto de a Câmara possuir um projeto para a escola. O Senhor Deputado Miguel Cabrita veio dizer, não se comparem os projetos, pois Senhor Deputado o projeto construído foi revisto, mas sabe porque, não para aumentar para diminuir. Foi sim senhor. A dimensão do projeto era muito maior e foi construído reduzindo a área de construção, isso quer dizer que os custos até deviam ser menores. Portanto a sua falácia, seria a sua comparação. Quer dizer que comprar hoje o que era de há uns anos atrás é errado, isto quer dizer que o senhor deputado só tem que ler atas e tem que saber a história do projeto da PPP, não basta votar de cruz, o silêncio do PS hoje é um silêncio de peso na consciência de ter colocado este país na banca rota e de ter levado Odivelas também à banca rota.-----

Em vez disto a Câmara tinha os projetos, a Câmara tinha os terrenos, a Câmara tinha os técnicos, bastava pedir um empréstimo se quisesse servir bem e se não tinha dinheiro do erário público, em vez de estar a fazer um contrato que os senhores hoje vão aprovar, um contrato em que se é aprovado não cumprir, a Câmara sabe bem o que é que faz, se o contrato não se cumprir a Câmara supre a falta do privado e vai sendo indemnizada a conta-



gotas, não pagando as rendas. Resta perceber se então porque é que não surgiram mais privados, era tão bom para o privado mas aí não surgiram mais privados, hoje, Senhor Deputado, por esse país o mais há são PPP's encomendadas a alfaiates e que fizeram o facto à medida, exatamente para aparecer determinado corpinho e entrar no saco. Aliás, é por isso que os Senhores foram colocando peças chave junto de construtoras civis, entenda-se um ex-ministro bem colocado, para garantir fatos à medida, quem sabe, dizem as más-línguas e eu que não sou má-língua, não digo essas coisas e portanto nunca direi que o fato foi encomendado. A única coisa que vos posso dizer é que nunca poderão repetir o que a Dra. Susana Amador venha, que olha agora para Odivelas como o passado, o futuro dela parece já não passar por aqui, tanto é que já não nos presenteia na Assembleia Municipal, o que nunca poderei dizer, como a Dra. susana Amador disse na primeira companhia que fez, que ia gerir bem o dinheiro público. Não! Os senhores fazem política desta maneira e depois admiram-se que os políticos têm uma má fama e que acontece o que acontece, os senhores fazem política usando o erário público de forma errada, este é um negócio ruinoso."-----

JOSE FALCÃO-----

"Tal como noutros grandes projetos, que ocorreram aqui e que já hoje cheguei a falar, este é mais outro, com a agravante de custar de facto diretamente ao erário publico. Nós votámos contra porque isto vai custar ao erário público aquilo que a irresponsabilidade deste executivo e da maioria da Assembleia Municipal está a favorecer, é grave que isto aconteça e eu quero assinalar, com declaração de voto. Nós votámos contra, não esquecendo todos os disparates que foram cometidos aqui no mesmo estilo, só com a desagravante de não ter custado tanto ao erário publico e este vai custar e é bom que se assinale que as coisas, ainda bem que vão para a ata, porque se vão lá buscar responsabilidades, se bem que de fato isso devia acontecer a responsabilidade cívica, mas claro contratam-se avenças para resolver estes problemas e as Câmaras cometem os erros e os que os cometem na pratica depois não são responsabilizados e às vezes, como temos assistido, até os advogados da Câmara pagam os erros particulares dos autarcas e isto é grave que aconteça e eu espero que isso nunca seja possível acontecer aqui, mas de qualquer das maneiras a responsabilidade de uma atitude de um voto destes deve pesar na cabeça de quem o fez."-----

Miguel Xara Brasil-----

"Primeiro para dizer que a resposta que foi dada não satisfaz minimamente a questão porque quem tem que reter não é a empresa privada, quem tem que reter é a Câmara, portanto essa é a primeira coisa que aqui fica já clara sobre o assunto, quem tem que reter o imposto sobre rendimento uma vez que é o inquilino, quem paga é a Câmara e não é a empresa, portanto isto é a primeira questão que fica já aqui em cima da mesa e é mais uma trapalhada que vai advir e que nós visamos que vai ser a próxima. Mas este projeto do Odivelas Viva é talvez o negócio



mais ruinoso que alguma vez foi feito em Odivelas, de longe o negócio mais ruinoso que foi feito neste Município, partimos para um participação público privada para fazer duas construções, vá estimemos de 14 milhões, já ouvi falar em 10, mas que seja 14 milhões de euros, constitui-se para isso, pasme-se, uma sociedade com capital social de 50 mil euros em que a Câmara é minoritária, portanto os privados têm cinquenta e um por cento, dá-se como aval terrenos da Câmara para ir buscar um empréstimo para fazer a construção ou seja vamos para uma parceria e vamos pedir um empréstimo com os terrenos da Câmara. Então eu pergunto, porque é que não fazemos nós a obra? Se realmente vamos dar terrenos para ir buscar um empréstimo para fazer uma obra, porque é que vamos fazer isto com privados, tendo eles os cinquenta e um por cento? E não assumindo eles responsabilidades nenhuma a não ser as ações que detém na Odivelas Viva. E desse empréstimo que vão buscar de vinte e dois milhões de euros e eu já ouvi aqui uns números e lamento dizer ao caro Falcão, que está redondamente enganado, os números são sessenta e dois vírgula nove milhões de euros, os papéis que recebemos hoje, está sessenta e dois vírgula nove milhões de euros, eu já há uma semana acertei na mouche neste número e hoje quando fui ver os documentos que tinha da Câmara, exatamente vêm os sessenta e dois vírgula nove milhões de euros, ou seja, a obra que era para custar, vá dez, catorze milhões, pois bem vamos pagar sessenta e dois vírgula nove milhões de euros. Sendo que o único avalista para este negócio é a Câmara com os terrenos que lá dá e com os edifícios que lá estão construídos em cima. Isto é fantástico, porque a proporcionalidade do risco na operação entre o capital social e a rentabilidade é bestial. Eu assim também gostava de se um privado com muitas parcerias público privadas e não tenho nada contra as parcerias público privadas tenho é contra a forma como as fazem e portanto esta Câmara vai ficar... Ah! Mas não chegou! É que os terrenos não chegaram para garantia ainda foi preciso dar uma carta de conforto, é que não foram perguntar aos acionistas e às empresas se davam algum património deles ou se avalizavam em nome pessoal, não! Damos terrenos e ainda damos carta de conforto e toma lá, em vez de dez ou catorze milhões estamos a pagar sessenta e dois vírgula nove milhões de euros. Bem, isto que a assunção desta responsabilidade por parte da Câmara é superior à atual dívida da Câmara e a atual dívida da Câmara está em cerca de cinquenta e três, cinquenta e cinco milhões de euros e já paga tarde aos fornecedores é inferior à responsabilidade que este executivo assumiu e portanto, isto é o retrato fiel da gestão deste executivo, desta Câmara Municipal que hipotecou o futuro não para os próximos quatro, cinco, dez, mas para os próximos vinte e quatro anos.----
Portanto, nós não podemos votar nunca a favor de uma proposta desta natureza."-----

Pelas 18h15m registou-se a saída dos Membros da Assembleia Municipal, José Falcão e Miguel Xara Brasil, das Bancadas do BE e CDS/PP respetivamente-----



PONTO 2 - PROPOSTA DE ADENDA AO PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ODIVELAS, A DGIE E A PSP

Asssembleia Municipal de Odivelas

Presente para deliberação, Proposta de Adenda ao Protocolo Celebrado entre o Município de Odivelas, a DGIE e a PSP, de acordo com a informação nº 5612 de 2012.05.31, remetida pela Senhora Presidente a esta Assembleia Municipal, aprovada na 12ª Reunião Ordinária de 2012, da Câmara Municipal de Odivelas, de 13.06.2012, que se encontra arquivada na pasta da presente reunião, pelo que se dá como reproduzida.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Vice Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto.

No âmbito da discussão do ponto, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:

Presidente de Junta de Freguesia da Póvoa de Santo Adrião, **Rogério Breia**, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:

"Inscrevi-me para dizer algumas palavras sobre este ponto porque considero que o devo fazer. Enquanto munícipe, enquanto eleito e também enquanto Presidente da Junta de Freguesia onde vai ser instalado este importante equipamento.

Naturalmente, a futura esquadra que este protocolo vem viabilizar servirá não apenas a Póvoa de Santo Adrião, mas todo o Concelho de Odivelas. O ponto aqui em discussão é, por isso, da maior importância para o futuro do Concelho, numa área tão sensível como é a da segurança, que se presta tantas vezes a demagogias e alarmismos. E que em tempos de crise como os que vivemos deve ser ainda mais objeto de preocupação dos poderes públicos.

Mas para o local onde vai ser instalada, a futura esquadra é especialmente relevante a muitos níveis.

Desde 1090, destaco o facto de um equipamento e serviço de âmbito supra- concelhio, e aliás dependente da administração central, ter sido instalado no nosso concelho e em particular na freguesia da Póvoa de Santo Adrião.

No nosso concelho porque, como se sabe, estes são tempos de tentações centralizadoras e de redução da autonomia de Odivelas, como bem se viu no caso dos mega-agrupamentos da Saúde. Todos os equipamentos e serviços que, instalados no nosso território, reforcem a autonomia e a centralidade que tanto custou a conquistar são bem-vindos.

E, em particular, na freguesia da Póvoa de Santo Adrião porque, mesmo a nível municipal, são demasiado escassos os exemplos de serviços descentralizados e instalados nas diferentes freguesias, mesmo sendo o nosso território tão pequeno. A construção de um equipamento de raiz, especialmente nestes tempos de retração do investimento público em que estão quase



paralisados os investimentos desta dimensão, o que neste contexto particular relevância. Este é, por isso, um exemplo que saúdo e uma vitória do Município.

Asssembleia Municipal de Odivelas

Por outro lado, este equipamento vem dar resposta a uma necessidade há muito sentida. As instalações da Esquadra de Trânsito que existe na Póvoa de Santo Adrião mas que são exíguas, estão desadaptadas das necessidades, e não têm condições dignas nem para os utentes nem para os profissionais que lá trabalham — cujo trabalho e dedicação aproveito para saudar. A nova esquadra vem criar novas condições, condignas, adequadas, modernizadas. É um passo em frente para a corporação e é-o também para o Concelho e para os cidadãos. Enquanto Presidente de Junta de Freguesia, quero sublinhar a importância que a esquadra vai ter no local onde se vai inserir. Estas novas instalações e toda a dinâmica que vai trazer vêm contribuir para a revitalização e requalificação do espaço em volta. Que, como sabem, se situa na estrada principal, EN 8, que percorre todo o núcleo urbano mais central da Vila da Póvoa de Santo Adrião.

A esquadra será uma das âncoras da requalificação dessa zona nobre e da zona envolvente desse troço da estrada principal. Vai tornar mais ampla e mais aberta essa área. Vai criar movimento e presença permanente de pessoas. Vai constituir um polo de atratividade, com benefício também do comércio local. Em suma, vai potenciar uma nova centralidade. Em conjunto com os outros trabalhos que estão a ser ou serão feitos na zona, nomeadamente ao nível da iluminação e dos espaços verdes, também do ponto de vista urbanístico esta esquadra é uma boa notícia.

Por fim, e porque falamos de questões de segurança, embora esta seja uma Esquadra de Trânsito, é inquestionável que a presença policial será reforçada no local e nas zonas circundantes, até pelo movimento de viaturas e agentes. Isto vai contribuir para melhorar objetivamente as condições de segurança no Concelho, e em particular na freguesia.

Mais, melhoram as condições objetivas, de proximidade, de presença, de acompanhamento, mas também de visibilidade. E sabemos como estas questões são importantes para os sentimentos de segurança das populações.

Por todas estas razões, a bancada do PS saúda a vinda deste protocolo à Assembleia Municipal. É uma boa notícia e uma vitória para o Concelho e para todos os que lutaram para criar condições que viabilizassem este projeto. A este propósito, saudamos o trabalho da Câmara Municipal, e em particular da Sra. Presidente e do Vereador responsável pelo pelouro, pelo empenhamento que foi colocado neste processo e na concretização desta obra. É uma vitória da vontade política, da perseverança de quem não desistiu apesar do contexto adverso, da capacidade para mobilizar diferentes atores para a necessidade de levar para a frente este projeto. Por todas estas razões, o voto da bancada do PS só pode ser favorável."

Luís Salmonete, pela bancada do PSD, proferiu a seguinte intervenção:



"Não posso deixar de registar que isto foi de facto um momento de grande eficácia do atual governo, veio cá o Sr Ministro, e decidiu na hora, na era do balcão na hora, da empresa da Assembleia Municipal de Odivelas
hora, temos agora uma decisão da hora."

Quero também felicitar o Sr Presidente da Junta de Freguesia, porque é um felizardo, neste momento tem duas importantes obras, de responsabilidade da administração central, o centro saúde que já tivemos ocasião de visitar e agora a esquadra. É pena que as restantes freguesias não possam ter tido este desenvolvimento, mas o Sr Presidente da Junta está de fato de parabéns, e eu reconheço a lógica da sua intervenção bem como que não podia ter feito um elogio ao governo, mas no seu íntimo e olhando para si, eu sei pela sua expressão que está de acordo com aquilo que eu disse."

Pelas 18h20m registou-se a saída do Membro da Assembleia Municipal, José Carlos Pires, da bancada CDU.

Eduarda Barros, pela Bancada do **PS**

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Vice - Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos que teve por convenientes.

O **Sr. Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Unanimidade**

O **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à consideração do plenário passar-se de imediato ao **Período de Intervenção do Público**, tendo sido Aprovado por Unanimidade.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou todos os presentes que não se registaram inscrições do público.

O **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à consideração do plenário que os restantes Pontos fossem incluídos na Ordem de Trabalhos da 3ª Sessão Ordinária de 2012 agendada para o próximo dia 28 de Junho, tendo sido aprovado por unanimidade.



Assembleia Municipal de Odivelas

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou encerrada definitivamente a Sessão pelas 18h30m, dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 1º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pelo 2º Secretário e pelo Senhor Presidente. -----

O Senhor Presidente: -----

O 1º Secretário: -----

O 2º Secretário: -----